

RATOS GOVERNADORES? MEMÓRIA DISCURSIVA, POSIÇÕES -SUJEITO E IDEOLOGIA NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS NUMA CHARGE POLÍTICA

Dalexon Sérgio da Silva¹

Resumo:

O presente trabalho promove uma análise discursiva de uma charge política sobre a posição-sujeito dos governadores Anthony Garotinho e Sérgio Cabral, que foi publicada no dia 18 de novembro de 2017 no site do Jornal do Commercio de Pernambuco. Desse modo, propõe investigar e tecer considerações acerca do acionamento da memória discursiva, do funcionamento da ideologia na língua e da tomada de posição-sujeito presentes nesta charge. Para tal, assume os postulados teóricos e analíticos defendidos pela Análise do Discurso de linha francesa (AD), baseado nos estudos de Pêcheux (1969; 1999; 1997; 1993), na Europa, de Orlandi (2012; 2007; 2006; 2000; 2001; 2003; 2005; 1987), no Brasil e demais estudiosos, para promover um gesto de leitura de como essa materialidade discursiva produz efeitos de sentido e deslocamentos, funcionando como unidade de sentido em relação à situação.

Palavras-chave: Posição-sujeito; memória discursiva; charge política.

Abstract:

The present work promotes a discursive analysis of a political cartoon about the subject position of governors Anthony Garotinho and Sérgio Cabral, which was published on November 18, 2017 on the website of Jornal do Commercio de Pernambuco. In this way, it proposes to investigate and make considerations about the activation of the discursive memory, of the functioning of the ideology in the language and of the subject position-taking present in this cartoon. To that end, it assumes the theoretical and analytical assumptions defended by the French Speech Discourse Analysis (AD), based on the studies of Pêcheux (1969, 1999, 1997, 1993) in Europe by Orlandi (2012, 2007, 2006; In order to promote a gesture of reading how this discursive materiality produces effects of meaning and displacements, functioning as a unit of meaning in relation to the situation.

Keywords: Subject-position; discursive memory; political charge.

¹ Doutorando em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco em Programa de doutorado-sanduíche no exterior - PDSE, na Universidade de Lisboa - Portugal. Membro do Centro de literaturas e culturas lusófonas e europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL) - Portugal. Contato: dalexon@uol.com.br.

Introdução

Segundo Maringoni (1996, p. 85), “a sátira, o comentário e a banalização dos fatos cotidianos e da política nacional fazem parte da prática do chargista”. Assim, produzir charge está intimamente atrelado à necessidade do ser humano em gerar críticas, principalmente, ao sistema sócio-político no qual se encontra inserido, especialmente, no atinente àqueles que detêm o poder político e/ou econômico.

Desse modo, as charges trazem a movência das práticas sociais. De acordo com Torres (2001), essas práticas sociais apresentadas nesse universo chargístico são marcadas pelas formas como os sujeitos as representam socialmente.

Acerca disso:

O termo charge é francês, vem de *charger*, carregar, exagerar e até mesmo atacar violentamente (uma carga de cavalaria). Este tipo de texto tem caráter temporal, pois trata do fato do dia. Dentro da terminologia do desenho de humor pode-se destacar, além da charge, o cartum (satiriza um fato específico de conhecimento público de caráter atemporal), a tira, os quadrinhos e a caricatura pessoal. A charge será alvo do estudo por trazer, em uma análise superficial, implícita a história e a presença do interdiscurso. Ela é o local escolhido pela ironia, metáfora (transferência), pelo contexto, pelo sujeito, para atuar. Por ser combativa, tem lugar de destaque em jornais, revistas e na Internet. Portanto, ampla poderá ser a leitura interpretativa por nela se constatar a presença da linguagem, da história e da ideologia (SILVA, 2004, p. 13).

Partindo desses postulados a respeito das charges, este artigo buscará analisar, na charge publicizada em jornal acerca dos ex-governadores do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral e Anthony Garotinho, a presença de uma rede de memórias na constituição de sentidos acerca da mudança de posição-sujeito de governadores, função político-administrativa humana, para ratos, uma expressão animalesca desta função, desses sujeitos políticos citados. Assim, essa tomada de posição-sujeito é mostrada nesta imagem chargística mobilizando sentidos cristalizados, que têm sido muito proliferados em nossa atual sociedade sobre os políticos, principalmente acerca dos sujeitos deputados em Brasília. É desse modo que a charge aponta para um discurso que apresenta uma regularidade sobre o imaginário social da posição-sujeito ocupada pelos políticos brasileiros.

Assim sendo, este artigo pretende investigar, no funcionamento da ideologia, o acionamento da memória discursiva e a tomada de posição-sujeito analisadas nessa charge política que foi publicizada pelo Jornal do Commercio de Pernambuco. Para

tanto, este texto trafega sob a ótica da Análise do Discurso de linha francesa (AD), segundo os fundamentos de Pêcheux e seguidores.

1. Sujeito e ideologia na Análise do Discurso de linha francesa

Já se tornou uma máxima na Análise do Discurso de linha francesa a citação de Pêcheux (1969) de que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, pois o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua produz sentidos, que são apreendidos por esses mesmos sujeitos. O discurso é, nessa movência, uma prática social determinada por uma formação ideológica. É ressaltante pontuar que essa determinação é histórica e não um determinismo biológico, por exemplo, tendo em vista que tanto pode haver a reprodução quanto a ruptura, pois há formulações novas que apontam para a compreensão de que o sentido sempre pode ser outro. Logo, é porque há uma determinação histórica que os sentidos permanecem, mas também é porque a determinação é histórica que eles podem mudar.

Do exposto, o sujeito discursivo da AD é visto como cindido, clivado, heterogêneo e passa a assumir diversas posições-sujeito, constituindo-se como um sujeito social, que se coloca numa posição, assumindo um lugar para enunciar um sujeito afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. Assim, “o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza” (BRANDÃO, 2004, p. 37). Isto é, um dos aspectos materiais da existência material das ideologias. Nesse item, a linguagem passa a ser entendida não tão somente como formação linguística, que exige do falante uma competência linguística para compreendê-la, mas também como formação ideológica, que exige do falante uma competência sócio-ideológica. Desse modo, discurso e ideologia são conceitos que passam a ser constitutivos.

Em seus estudos, Orlandi (2012; 2007; 2006; 2000; 2001; 2003; 2005; 1987) também compreende que a ideologia é a condição para a constituição dos sujeitos dos sentidos. De acordo com a autora, diante de qualquer objeto simbólico, o homem é levado a interpretar, a buscar o sentido das palavras e das coisas. Desse modo, entende-se como objeto simbólico tudo aquilo que funciona como unidade de sentido em relação à situação, enquanto condições verbais de existência, analisados por meio de um gesto de interpretação. É nesse viés que a AD é uma disciplina da interpretação. É nessa movência no entremeio de sujeito e ideologia que os sentidos

se movem e se posicionam sempre em relação a algo, ou alguém. Logo, não há sentido sem interpretação, portanto não tem como o sujeito não ser atravessado por uma ideologia.

Ainda de acordo com Orlandi (2012), a ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Nessa diretriz, é ressaltante pontuar que a AD não trabalha com a ordem da intencionalidade no sujeito, mas com a ordem da constituição dos sentidos, do modo como a memória do dizer se instaura no dito. É nesta constituição entre sujeito e ideologia que Pêcheux (1969) concebe seus estudos acerca do discurso. Segundo Orlandi (2005), etimologicamente, a palavra discurso tem em si a ideia de curso, de percurso, de movimento. Assim, o discurso é a palavra em movimento, de modo que o estudioso do discurso observa o homem falando em um processo de historicização contínuo.

O discurso para Pêcheux (1995, p. 15): “[...] é o efeito de sentidos entre locutores”, pois o que é encontrado no discurso é um complexo processo de constituição de sujeitos e de produção de sentidos oriundos da tensão entre constituição e formulação. O autor ainda salienta que o discurso é estrutura e acontecimento. Nesse item, o discurso se define para Pêcheux como um subconjunto, situado em um nível irredutível tanto aos elementos individuais que a ele pertencem quanto ao conjunto mais amplo que o contém. Assim, o discurso é definido como um fenômeno constituído não apenas por elementos linguísticos, mas por elementos “extralinguísticos”.

Pêcheux (1999; 1997) atesta que pelo fato de os discursos terem sua legitimidade assegurada no já-dito, na memória, eles não são fixos, mas se transformam e assumem outros valores, de acordo com a época, o lugar e a ideologia vigente. Assim, o discurso está em íntima relação com uma série de conceitos da teoria marxista: estrutura da formação social, ideologias, posições de classe. Destes, o conceito de ideologia é aquele com que o discurso mantém uma relação mais direta. Logo, o discursivo é entendido como uma das formas da materialidade das ideologias. Assim, a Análise de Discurso, pensada por Pêcheux e estudiosos, compreende o sujeito como sendo atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente. Desse modo, o seu sujeito não é *uno* ou do *cogito*, mas é considerado um sujeito descentrado, cindido, clivado. Ele não se constitui na fonte e origem dos processos discursivos que enuncia, pois, esses processos são determinados pela formação discursiva na qual o sujeito falante se inscreve, embora esse sujeito possua a ilusão de ser a fonte ou origem do seu discurso.

De acordo com Mussalim (2003), a AD inscreve-se num terreno em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito. De fato, é inserido nessa concepção de que o sujeito não é o senhor de sua vontade, levando-se em consideração que ele sofre as coerções de uma Formação Ideológica e Discursiva, ou é submetido à sua própria natureza inconsciente, que emerge a questão da interpelação ou do assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, que consiste em fazer com que cada sujeito, sem que ele tenha consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é o senhor de sua própria vontade, seja levado a ocupar seu lugar social em um dos grupos ou classes de uma determinada sociedade. Assim, O sujeito fala a partir de uma posição, de um lugar social. Nessa guisa, o sujeito está sempre interpretando e ao interpretar produz sentidos, identificado à formação discursiva a partir da posição-sujeito que enuncia.

2. O papel da memória discursiva

Orlandi (2005; 2006) aborda em seus estudos que, na maioria das vezes, os diferentes sentidos encontrados em diferentes enunciados remetem às memórias e às circunstâncias externas, mostrando que o sentido não está apenas nas palavras e no texto propriamente dito, mas na tensão das relações de forças, pois os dizeres não são, apenas, mensagens a serem decodificadas.

Orlandi (2003; 2007) ainda salienta que as condições de produção compreendem fundamentalmente o sujeito e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória 'aciona', faz valer as condições de produção, tornando-se fundamental. É nesse ponto que o sentido não existe em si, sendo parte constitutiva das condições históricas de produção. Ele é determinado pelas posições ideológicas em que as palavras são produzidas e de que as palavras mudam de sentido de acordo com as posições dos sujeitos que as empregam inscritos numa formação discursiva. Do exposto, é pertinente ressaltar que a relação de sentido postula que não há discurso original - todo discurso faz parte de um processo: é determinado por dizeres prévios e aponta para dizeres não-ditos. É nessa diretriz que este artigo assume o conceito de memória discursiva defendido por Pêcheux, ao apontar que:

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer

dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Isso posto, para Pêcheux (1969; 1995; 1997), todo discurso se constitui a partir de uma memória e do esquecimento de outro. Nesse item, os sentidos vão se construindo no embate com outros sentidos. Assim, quando não conseguimos recuperar a memória que sustenta aquele sentido, temos o *nonsense*. Ainda que o falante não tome consciência desse movimento discursivo, ele flui naturalmente. Dessa forma, a memória é o saber discursivo, o já-dito, os sentidos a que já não temos mais acesso, que foram constituídos ao longo de uma história e que estão em nós, sem pedir licença. A memória, compreendida por Orlandi (2001) em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso. Pêcheux (1993) também compreende a memória discursiva enfatizada, nesse ponto, como interdiscurso. Dito de outro modo, é um saber que possibilita que nossas palavras façam sentido e corresponde a algo falado anteriormente, em outro lugar, a algo “já dito”, entretanto, ainda continua alinhavando os nossos discursos. Em razão disso, a memória e, conseqüentemente, o interdiscurso, são responsáveis diretos pela constituição do sentido, como também atenta Orlandi (2001, p. 33): “a constituição determina a formulação, levando-se em consideração que só se pode dizer (formular), colocando-se na perspectiva do dizível (memória, interdiscurso)”.

Para Pêcheux (1990; 1999) a memória é tudo que pode deixar marcas dos tempos disjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo o momento, fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e que estão por vir. Logo, é cabível reforçar que a memória de que se ocupa a Análise do Discurso de linha francesa, não é de natureza cognitiva nem psicologizante. A memória, neste domínio do saber, é sempre social.

3. A presença da memória discursiva, as mudanças de posições-sujeito e o funcionamento da ideologia nesta charge política.

O universo deste artigo foi constituído por uma charge extraída do site do Jornal do Commercio de Pernambuco, que foi publicizada e acessada no dia 18 de novembro de 2017. Na imagem se pode verificar a presença de um desenho do Cristo Redentor segurando a imagem de dois sujeitos, que misturam feições de ratos e

humanas e, de semelhanças com os ex-governadores do Rio de Janeiro: Anthony Garotinho e Sérgio Cabral. Conforme outrora citado, a charge será analisada à luz da perspectiva teórica e analítica da Análise do Discurso de linha francesa.



Figura 1. Charge. Disponível em: <http://jconlineinteratividade.ne10.uol.com.br/charge/2016,11,18,index.html>. Acesso em 18 de novembro de 2017.

Orlandi (2012) explica que o conceito de materialidade não deve ser banalizado, sendo referido apenas à natureza dos objetos, ou aos suportes textuais distintos, como vem sendo mencionada. A autora afirma que a forma material carrega em si os preceitos do materialismo histórico e do materialismo dialético que apontam para os conceitos de ideologia e história. Pêcheux (1969) ao articular ideologia e inconsciente na linguagem, revela que os sentidos são constituídos historicamente por meio dessa relação simbólico/ideologia/inconsciente. Assim, é a materialidade que permite entender o funcionamento da ideologia pelo inconsciente. Lagazzi (2010) compreende a materialidade significativa que envolve essa relação, apresentada acima, como algo que se mostra “nem abstrata, nem concreta, nem empírica, mas matéria simbólica”.

Desse modo, ao apresentar a charge, acima, como materialidade discursiva, este artigo, baseado, principalmente, nos estudos de Pêcheux (1969; 1999; 1997; 1993), Orlandi (2012; 2007; 2006; 2000; 2001; 2003; 2005; 1987) e Lagazzi (2010), analisa a materialidade chargística que faz ressignificar e promove uma movência na rede de filiação dos sentidos, atravessada pela ideologia presente na língua,

apontando para a exterioridade, inscrita na historicidade, constituída nessa relação entre paráfrase e polissemia, que aciona a memória discursiva na produção de efeitos de sentido, que promovem movências e se deslocam, pois o sentido está sempre em relação a algo ou a alguém.

Assim, a charge aqui não é vista apenas como algo físico, um desenho ou algo imagético, compreende-se que ela se constrói pelo discurso, se configura em torno de limites e se submete à falha ao ser constituída neste campo discursivo, pois é atravessada e formulada pela linguagem. Conforme contribui Lagazzi (2010), este artigo assume a compreensão da noção de materialidade como o modo significante pelo qual o sentido se formula. Nesse viés, a língua é o lugar de inscrição do discurso, pois o discurso se materializa na língua, inscreve-se nela e determina o seu funcionamento. Nesse ponto, essa charge apresenta, apenas, a linguagem não-verbal, ao se constituir como texto, pois de acordo com Orlandi (2007), um texto é tudo aquilo que funciona como unidade de sentido em relação à situação. Assim, importa o seu funcionamento. Vista como texto, ela produz discursividade, ao se relacionar com elementos extralinguísticos, pois promove a inscrição dos efeitos da língua na história.

Nesse ponto, essa charge apresenta um discurso sobre um evento social, que envolve os dois ex-governadores do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho e Sérgio Cabral, presos na penitenciária de segurança máxima em Bangu – RJ no ano de 2017, acusados de terem cometido crimes na esfera política. Nela, vê-se a imagem do Cristo Redentor segurando, numa das suas mãos, duas imagens que possuem traços que provocam o efeito de sentido de semelhança entre os dois ex-governadores outrora citados. Contudo, ocorre uma mistura com traços que também provocam o efeito de semelhança aos de camundongos, invocando assim uma rede de memórias. Assim, a charge funciona discursivamente como estrutura, pois sua imagem intervém como pressuposto e aponta para a exterioridade e, como acontecimento por promover o encontro de uma atualidade (ex-governadores capturados) inscrita numa rede de memórias (submundo dos ratos X submundo político brasileiro).

É desse modo que a memória discursiva na língua é acionada e ocorre o que bem defende Pêcheux (1969) ao dizer que alguma coisa fala antes em outro lugar independentemente e diferentemente. Assim, o interdiscurso é acionado nessa relação constitutiva na historicidade, pois a charge significa ao apresentar traços de camundongos e de humanos, provocando deslocamento de sentidos ao enunciar, inscrevendo-se numa memória. Logo, pode-se dizer que essa memória se diz na

charge, que nas condições de produção do discurso funciona como unidade de sentido em relação à situação. Há, nessa rede de memórias, sentidos cristalizados que produzem efeitos metafóricos nessa relação entre políticos e ratos, que não destroem o queijo, mas a economia brasileira, roendo o dinheiro público dos impostos do trabalhador brasileiro, além disso, pode-se dizer que os ratos são retomados nesta charge, pois sempre estiveram presentes na historicidade humana. Logo, pela memória discursiva ocorre esse processo imaginário que provoca efeitos metafóricos dos sujeitos ex-governadores em ratos ligados a questões como sujeiras, pragas, submundo, ações furtivas, bem típicos do ambiente das ratazanas. Nesse item, a charge faz mobilizar efeitos de sentidos negativos do lugar social ocupado pelos sujeitos políticos.

Numa retomada de valores, práticas e representações sociais, ao apresentar os sujeitos envolvidos, noutra lugar social, diferente da posição-sujeito de ex-governador, (ex-governadores sendo presos em Bangu - RJ), a charge imprime aos principais sujeitos características de elementos de animais inferiores, por meio de traços identitários dos ratos. Assim, os ex-governadores são vistos bem orelhudos. Esses traços passam a ser responsáveis pelo deslocamento de sentido atribuído aos ex-governadores, provocando, dessa forma, a polissemia. Desse modo, produz-se efeito de sentido humorístico. A charge retoma a característica principal dos ratos, que é possuir os rabos longos e, desse modo, constrói outra referência para os sujeitos governadores, que passam a ser pegos pelos rabos, capturados na cidade do Rio de Janeiro. Assim, é preciso conhecer tais marcas (paráfrase), para que os sentidos aqui sejam constituídos nessa relação entre paráfrase e polissemia, como compreende Pêcheux (1969).

É também pelo acionamento da memória discursiva que a ideologia se materializa nessa charge, pois é a ideologia que naturaliza o sentido do que é ser um governador e ser um rato. Assim, a instauração de sentidos na charge se dá por meio da retomada de uma prática cultural, através da qual os sujeitos capturam os ratos dos ambientes ao segura-los pelos rabos, provocando o efeito de sentido de nojo, da não aproximação ao que causa ojeriza na sociedade. Contudo, percebe-se que os discursos retomados desses eventos são reatualizados. Do exposto, observa-se que, por meio da retomada dos dizeres é possível estabelecer diferenças no discurso a partir de um desnivelamento originado entre o dizer que se “apaga” e o dizer que sugere e sustenta novos atos de discursivização, tendo em vista que os sujeitos governadores são inseridos em um novo acontecimento discursivo. As características

deles assumem outra significação, ao serem mostrados com orelhonas, patas e rabos grandes de ratos, havendo, desse modo, uma aproximação entre a posição de governador e o lugar social de ratos. Assim, nos entremeios desses lugares sociais (mundo humano e mundo dos ratos) o sujeito discursivo ex-governador é visto como cindido, clivado, heterogêneo entre as ações humanas e sua animalização ratazana (ratos governadores, governadores ratos).

A memória discursiva é acionada para que se estabeleçam novos dizeres, pelo interdiscurso, pela compreensão do já-dito. De acordo com Orlandi (2012, p. 31) “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Dessa forma, os sujeitos governadores não são apresentados vestidos de paletós e gravatas em nenhum palácio, mas sendo segurados de cabeça para baixo, provocando também o efeito de sentido de humilhação, de descontrole e impotência. Desse modo, o acionamento da memória discursiva funciona como um saber que possibilita que nossas palavras façam sentido e correspondam a algo falado anteriormente, em outro lugar, a algo já dito acerca dos ratos e dos políticos brasileiros. A maneira como a memória ‘aciona’, faz valer as condições de produção, tornando-se fundamental na mobilização de sentidos nessa charge.

Outrossim, é pelo funcionamento da ideologia nessa charge que se pode observar que um dos sujeitos ratos apresentados possui em sua boca o desenho de uma imagem que provoca o efeito de evidência de que se trata de uma chupeta, pois é a ideologia que provoca o efeito de naturalidade e diz que se trata de uma chupeta e que a mesma é objeto usual da criança. Isto é, de um garotinho, num efeito polissêmico com a posição-sujeito de uma criança e a posição-sujeito do ex-governador Anthony Garotinho, produzindo efeitos de sentidos irônicos em relação à situação. Desse modo, a ironização faz circular essa principal característica presente na prática social chargística, pois Maringoni (1996), afirma que a sátira, a ironia e a banalização dos fatos cotidianos, bem como da política nacional fazem parte da prática do chargista, todavia, é preciso pontuar que nesse efeito polissêmico, as características desse garotinho inscrevem-se em novos sentidos, pois, trata-se de um garotinho com semelhanças de um rato (orelhonas, patas e cauda) e que está sendo capturado no Rio de Janeiro pelo sujeito Cristo Redentor. Assim, é apresentado um garotinho ressignificado, favorecendo a proliferação de sentidos da personagem para com o seu apelídeo.

Também é possível observar uma outra possibilidade de deriva de sentidos, pois as feições entre o sujeito político Garotinho e o sujeito ratazana se misturam, encaixam-se de tal forma, que se torna necessário, como efeito de busca de completude um objeto que fará uma interpelação direta entre o sujeito iconizado na charge e o sujeito que ocupa um lugar social de político. Desse modo, torna-se possível, por meio das formações imaginárias observar uma marca "inconfundível" e distinguível para se mostrar ao público quem é essa personagem cristalizada, pois há, presente na charge, uma regularidade sobre o imaginário social da posição-sujeito ocupada pelos políticos brasileiros.

É interessante também observar que essa tomada de posição de sujeitos governadores para o lugar social dos ratos se dá numa relação afetada pela posição-social de quem enuncia na charge. Dito de outro modo, a própria imagem do Cristo Redentor assume uma posição-sujeito para enunciar de um lugar, formado pelo imaginário social, que lhe credencia e lhe outorga poder para enunciar, pois o Cristo é o maior símbolo do Rio de Janeiro e um ícone constituído como uma das sete maravilhas do mundo atual. Desse modo, os ex-governadores passam a ser capturados pelo maior representante social do Estado do Rio de Janeiro, o Cristo Redentor. Esta relação do texto com seu acontecimento faz com que o sentido anterior seja desautorizado, instalando-se um outro sentido que segue a proposta de textualização mostrada na provocação do humor, na relação (o já-dito) e a polissemia (o novo acontecimento desse já-dito). Logo, os governadores que deveriam manter a ordem no Estado do Rio de Janeiro numa boa governabilidade, passam a ser capturados no Estado pelo maior ícone do Rio.

Nessa relação de forças, os sentidos provocados pelas imagens são regulados de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito Cristo Redentor. Nesse item, Pêcheux (1990) tece seus estudos observando que certos dizeres dominam outros dizeres, segundo a representação que se faz do lugar social ocupado por aquele que enuncia – variação de dominância das palavras. Assim, segundo Orlandi (2001; 2003; 2007) e Pêcheux (1969; 1999), pode-se dizer que nessas condições de produção do discurso apresentado nessa charge, não é o lugar empírico que funciona, mas o lugar social passado pelo imaginário, pois é o imaginário desse lugar que socialmente funciona, não sendo, apenas, o sujeito que funciona no discurso. Logo, nesse lugar ocupado pelo Cristo Redentor, há formações imaginárias que projetam esse lugar com a força que ele tem e lhe possibilitam enunciar, com autoridade, para capturar no Rio de Janeiro, os ratos governadores que corroem suas riquezas, produzindo,

desse modo, efeitos metafóricos, ao mostrar, dessa forma, que a força está na posição ocupada pelo sujeito discursivo.

Ainda se torna interessante analisar o posicionamento da imagem do Cristo Redentor apresentado nesta charge, pois tal posicionamento se dá de costas para os sujeitos ratos governadores, provocando os efeitos de sentido de rejeição, de indiferença aos dois. Entretanto, o discurso religioso que atravessa o Cristo, é o discurso do acolhimento, da aceitação a todos e de perdoar os pecadores, sempre os recebendo de braços abertos. O Cristo é atravessado pela ideologia cristã e é inscrito num imaginário social que o projeta como um ícone do Rio de Janeiro a abençoar a “Cidade Maravilhosa”, atraindo visitantes do mundo inteiro como adeptos da sua grandiosidade.

Desse modo, pode-se dizer que há um deslocamento de sentidos, provocado pela determinação histórica acerca do Cristo Redentor, como compreende Orlandi (2000; 2012), ao dizer que essa determinação é histórica e não um determinismo, tendo em vista que tanto pode haver a reprodução quanto a ruptura, pois há formulações novas que apontam para a compreensão de que o sentido sempre pode ser outro. Logo, é porque há uma determinação histórica que os sentidos permanecem, mas também é porque a determinação é histórica que eles podem mudar.

Nesse ponto, o Cristo Redentor provoca uma ruptura no discurso religioso da aceitação e do perdão, ao ser mostrado de braços abertos, não mais para abençoar e aceitar, mas para capturar, prender no Rio de Janeiro dois ratos que roeram e devoraram a sua economia e que contribuíram para a situação emergencial calamitosa que se encontra o Estado na atualidade. É o Cristo Redentor assumindo a posição-sujeito atravessada pelo discurso do capitalismo, constituído pela forma-sujeito capitalista, como compreende Orlandi (2012), ao dizer que a partir do princípio discursivo do trabalho do político, deve-se levar em consideração o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição; havendo simbolização das relações de força, de poder, que se estabelecem na divisão própria à sociedade capitalista. Desse modo, estão presentes estas três noções: o político, o histórico (o Outro, a memória, o interdiscurso) e o ideológico, nessas relações que são de natureza político-social, simbolizadas.

Há ainda outros efeitos de sentido presentes na associação entre Cristo, que pertence ao plano divino, ao Jurídico-político, forma material e simbólica em que as

ideologias dominantes e dominadas se confrontam suas contradições. Dito de outro modo, Cristo é mostrado capturando os ratos políticos/políticos ratos (pragas, personagens de submundo, de rapinagens furtivas etc.). Essa associação retomada pelo imaginário mostra que as condições de produção compreendem fundamentalmente o sujeito e a situação (políticos inscritos no submundo dos ratos, capturados, pegos e ratos inscritos no submundo político brasileiro com feições humanas). Nesse ponto, coloca-se em correlação a justiça, que de fato prendeu os políticos, em detrimento ao poder divino. Um apagamento entre o que é da esfera divina, religiosa e o que é da ordem das divisões burguesas de poder. Há, assim, duas ordens de poder. Um discurso que provoca um efeito de evidencia e coloca em pé de igualdade, apagando diversas contradições, que a justiça é terrena e divina e divina e terrena, numa relação de filiação, identificação e igualdade de poderes e de ações, sob o iluminismo da lei e é desse modo que essa charge produz efeitos de sentido ao apresentar a movência das práticas sociais.

Considerações finais

De acordo com Orlandi (2012; 2007; 2006; 2000; 2001; 2005; 1987), é pelo gesto do analista que são feitas as análises, pois diante de qualquer objeto simbólico, o homem é levado a interpretar, a buscar o sentido das palavras e das coisas. É nesse viés que a AD é uma disciplina da interpretação. Dito isso, promoveu-se, aqui, um gesto de interpretação acerca de uma charge política publicada no *Jornal do Commercio de Pernambuco*.

Assim, o artigo em questão discorreu acerca da representatividade social do gênero charge, que de acordo com Torres (2001), as práticas sociais apresentadas no universo chargístico são marcadas pelas formas como os sujeitos as representam socialmente. Do exposto, é pertinente ressaltar que a charge é compreendida neste artigo como materialidade discursiva, de acordo como compreende Orlandi (2007) e Brandão (2004), baseadas nos estudos de Pêcheux (1969), que entende o discurso como uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza. Dito de outro modo, é um dos aspectos materiais da existência material das ideologias

Nesse viés, este artigo mostrou a presença de uma rede de memórias presentes na língua acerca do lugar social no qual o sujeito político Anthony Garotinho e Sérgio Cabral foram mostrados em suas posições de ex-governadores do Rio de Janeiro, inscritos nessa rede de memórias acessadas nesse universo chargístico. Contudo, os

sentidos cristalizados sobre esse lugar social de políticos brasileiros, logo foram reverberados, pois houve uma tomada de posição-sujeito, ao trazê-los inscritos no lugar social de ratos capturados, no Rio de Janeiro pelo Cristo Redentor, como bem compreende Indursky (2004), ao dizer que o discurso é acontecimento porque promove o encontro de uma memória atual e de uma rede de memórias. Desse modo, o processo discursivo de homens para ratos não se mostrou apenas como troca de posição-sujeito, mas sim como representação ideológica do outro.

Assim, é possível perceber que a charge continua sendo uma rica fonte de estudos da atualidade, com as contribuições da AD, pois segundo Orlandi (2007), as charges envolvem o sujeito e a situação nas condições de produção do discurso atravessadas pelo funcionamento da ideologia. Por isso, o Cristo Redentor, como lugar de poder no Rio de Janeiro, pode enunciar em sua posição-sujeito, ao não ser mostrado imóvel, como uma estátua e sim, como um sujeito que move seus braços nessa movência de sentidos que lhe outorga poder em seu lugar social para capturar os “roedores políticos”, que sob efeitos metafóricos, pode-se compreender estarem a roer as riquezas desse Estado do Brasil.

Do exposto, o sujeito religioso Cristo Redentor favoreceu um deslocamento de sentidos, pois houve o silenciamento do Cristo que, constituído pelo discurso religioso, ampara, abençoa e protege os sujeitos, para a ressignificação do Cristo que se projeta como aquele que captura sujeitos políticos roedores. Desse modo, nesses efeitos de sentido, há marcas que apontam também para o sujeito cartunista que inseriu esta charge nesse deslocamento de sentidos produzidos pela imagem do Cristo Redentor, conforme compreende Orlandi (1987) em seus estudos acerca do discurso religioso, ao dizer que do ponto de vista da Análise do Discurso, Deus ocupa o espaço da onipotência do silêncio e o homem precisa desse espaço para por uma sua fala específica. Logo, o sujeito cartunista está presente nessa produção de sentidos também.

Nesse ponto, esse artigo buscou compreender como o sujeito é constituído, simultaneamente, pela memória discursiva atravessada pela ideologia, bem como, a movência de sentidos que se dá ao se mudar de posição-sujeito inscrevendo-se numa memória para significar nesse tipo de gênero. Dito de outro modo, como sujeito e sentido se constituem mutuamente para reverberar, para favorecerem esse processo entre paráfrase e polissemia, contribuindo para a ressignificação. Que efeitos de sentido estão presentificados nesse tipo de produção?

Nesse aporte, Orlandi (2012) afirma que a relação dialética entre língua e história faz com que os dizeres sejam demarcados por uma ordem discursiva que estabelece os limites do discurso, pois é por meio do discurso, lugar constitutivo de enfrentamento teórico, que sujeitos e sentidos se constituem.

Por isso, de acordo com Lagazzi (2009), para a compreensão do sujeito discursivo torna-se necessário analisar seus discursos, delimitando o lugar social que sua voz ocupa, entrecruzada por vozes integrantes de dada realidade social, no processo enunciativo. Nesse aspecto, este artigo estudou uma materialidade discursiva que explicita discursos historicamente marcados, materializados em uma unidade discursiva que possibilita o já-dito ser inscrito em um outro acontecimento, promovendo interpretações e reflexões sobre o objeto de análise deste artigo: uma charge política inscrita na historicidade e que aponta para a exterioridade.

Referências

- BRANDÃO, H. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Unicamp, 2004.
- LAGAZZI, S. **Linha de Passe: a materialidade significativa em análise**. RUA [online] – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em: < <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>, n. 16, v. 2, 2010, acessado em 01 de dezembro de 2016.
- _____. **Recorte significativo na memória**. Em: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (Orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.
- _____. **Análise de discurso: a materialidade significativa na história**. Em: DI RENZO, A; MOTTA, An L. A. Rodrigues; OLIVEIRA, T. P. (Orgs.). *Linguagem, História e Memória: discursos em movimento*. Campinas: Pontes, 2011. p. 275-290.
- MARINGONI, G. **Humor da charge política no jornal**. Comunicação & Educação. São Paulo: Moderna, 1996.
- MUSSALIM, F. BENTES, A. C. (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2003.
- ORLANDI, E.P. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2012.
- _____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: UNICAMP, 2007.

- _____. **A Linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. **Discurso & leitura.** São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Discurso e texto:** formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. **Discurso Fundador:** a formação do país e a construção da identidade nacional. 3 ed. Campinas/SP: Pontes, 2005.
- _____. **Ler a Cidade:** o Arquivo e a Memória. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Para uma Enciclopédia da Cidade. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/ Unicamp, 2003, p. 07- 20.
- _____. **Palavra, fé, poder.** Campinas: Pontes, 1987.
- PÊCHEUX, M. (1969). In: GADET & Hack. **Por uma análise automática do discurso.** Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
- _____. **Papel da memória.** In: ACHARD, P. et AL. (Org.). Papel da memória. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. Orlandi (et al), 2ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. **O discurso:** Estrutura ou acontecimento. 2ª ed. São Paulo: Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. **A propósito da análise automática do discurso:** atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HACK, T. (Orgs). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993.
- SILVA, C. L. M. **O trabalho com charges na sala de aula.** Pelotas, RGS: UFRGS, 2004.
- TORRES, C. A. (2001). **Democracia, educação e multiculturalismo.** Dilemas da cidadania em um mundo globalizado. Petrópolis: Vozes.
- Charge do Dia.** Disponível em:
<http://jconlineinteratividade.ne10.uol.com.br/charge/2016,11,18,index.html>
Acessado em 18 de novembro de 2017.

Artigo recebido em: 02/02/2018

Artigo aprovado em: 14/05/2018